

2
3 **Ata da 90ª Plenária do Conselho Municipal de**
4 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
5

6 Aos quinze dias de fevereiro de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587
7 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 90ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social
8 – CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio Braga iniciou a plenária fazendo a leitura da
9 Ata 89ª e justificativas de ausências e apresentou a pauta a ser discutida, que constava dos seguintes
10 pontos: 1) Discussão e avaliação do Plano de Ação 2006; 2) Discussão e Avaliação do Plano Plurianual
11 de Assistência Social 2006 à 2009; 3) Discussão e avaliação da Renovação de Inscrição de Entidades
12 de Educação; 4) Apreçar Comunicado enviado pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
13 – SMAAS ao CMAS/BH referente à transferência de per capita entre entidades conveniadas e 5)
14 Informações gerais. Em seguida, foi feita a leitura da Ata da 89ª Plenária Ordinária. Feitas algumas
15 correções, foi colocada em votação e aprovada. O conselheiro Márcio Almeida Dutra, sugeriu que as
16 próximas atas fossem encaminhadas para a equipe técnica da SMAAS, que por ventura tenha
17 desenvolvido pontos de pauta, com o objetivo de complementar e/ou corrigir alguma informação
18 apresentada em plenária, anterior à aprovação da ata. Na seqüência, a presidente Léa Braga passou
19 para o 1º Ponto de Pauta – Discussão e Avaliação do Plano de Ação 2006. Introduzindo que este
20 ponto tem informando que a mesa diretora colegiada buscou facilitar o processo de entendimento e
21 discussão do Plano de Ação/2006 para trazer à plenária. Informou ainda que dada a importância do
22 Plano de Ação para o co-financiamento do governo federal dentro do SUAS, a mesa diretora colegiada
23 reuniu-se no dia 31/01/06 e aprovou um calendário de discussões sobre o Plano de Ação. Logo após
24 passou a apresentação deste ponto para Ana Paula Simões Hilário - Gerente Administrativa
25 representante da SMAAS iniciou sua apresentação fazendo um resgate histórico do processo anterior
26 do financiamento do governo federal até 2005, que financiava os serviços de ação continuada através
27 das antigas modalidades de atendimento. Informou que a partir da nova Norma Operacional Básica –
28 NOB de 2005 o financiamento deixa de ser por segmento e passa a ser por serviços de proteção básica
29 e especial. Informou ainda que a grande novidade é que o co-financiamento do governo federal passa a
30 financiar os serviços de ação continuada, através de pisos (fixo, variável e de transição) para os
31 Serviços de Proteção Social Básica e Especial de média e de alta complexidade. Ana Paula destacou
32 que a Secretaria tem buscado entender e trabalhar com o financiamento pago por pisos, buscando
33 apropriar-se desta nova metodologia de financiamento. Ela enfatizou que por meio deste sistema
34 “online” o município poderá acessar seu plano de ação no Sistema SUAS – Web. Informou que para
35 isto foi necessário cadastrar o município, que dispõe de uma senha e o conselho é cadastrado pelo
36 MDS, que envia a senha. Desta forma, o parecer do Conselho, de aprovação do Plano de Ação é feita
37 “online”. O Conselho aprova, e as informações são repassadas ao MDS. Ana Paula disse que o Plano
38 de Ação já está disponível para consulta no site www.mds.gov.br e explicou fazendo a demonstração
39 do Plano de Ação através do formulário preenchido e disponível pelo MDS. Ela demonstrou através de
40 um quadro explicativo da migração das modalidades para a forma de pisos. Informou também que
41 dentro dos serviços de Proteção Social Básica temos o NAF/CRAS; Programa de Socialização infanto-
42 juvenil não aparece discriminado especificamente como serviço financiado pela União. O Município

43 aloca recursos do piso básico fixo neste serviço. O financiamento do Programa Agente Jovem no que
44 se refere às bolsas acontece através de metas e não pisos. Estas metas serão contabilizadas no final
45 do ano.. Grupos de convivência para idoso, programa para jovens de 15 a 17 anos, e outros. Piso
46 básico variável – O recurso não varia de acordo com a execução. O município, caso haja necessidade,
47 poderá indicar a forma para utilização do recurso conforme o desenho adquirido pelo Programa. Este
48 peso refere-se às ações sócio- educativas do programa Agente Jovem. Informou também que dentro
49 dos serviços de Proteção Social Especial, temos os serviços financiados por pisos de média e alta
50 complexibilidade, conforme quadro apresentado, tais como: crianças sob medida de proteção/Abrigo;
51 Serviços para o idoso nas ILP's – Instituição de Longa Permanência, Clínicas, Sentinela, PETI, dentre
52 outros. Ana Paula concluiu dizendo que a Secretaria junto com o Conselho participou de uma
53 Teleconferência promovida pelo MDS no dia 27/01/06 onde foi repassada a informação da prorrogação
54 do prazo de apresentação do plano para até 20/02/06. Concluiu sua apresentação dizendo que a
55 aprovação da prestação de contas também será "online" e fez a demonstração dos caminhos de acesso
56 na Internet. Em seguida, a presidente Léa Braga disse ser importante ter uma visão de totalidade do
57 Orçamento da Assistência Social e que quando for discutido o Plano Plurianual da Assistência Social,
58 será possível visualizar o aporte de recursos para este ano dentro do Plano. Logo após, foram dados
59 alguns esclarecimentos solicitados pela plenária. O representante da SMAAS, Ronaldo José Sena
60 Camargos, esclareceu ao plenário que todos os recursos demonstrados no Plano de Ação serão para
61 financiar os serviços de ação continuada e que também contam com a contrapartida do município. Ele
62 informou que no serviço de proteção social básica, o NAF, o município terá ampliação para 15 NAF's,
63 sendo que dentro do piso básico fixo é pago R\$1,80 para 5.000 famílias referenciadas, para cada
64 NAF/CRAS. Informou também que o recurso do governo federal não pode ser gasto com funcionários
65 concursados, isto é um ponto que deverá ser discutido na construção de uma NOB de Recursos
66 Humanos. Esclareceu também que foi demonstrado no Plano de Ação uma das fontes financiadoras de
67 serviço – MDS, mas que existem outras que compõe o orçamento como é por exemplo, os recursos
68 para o Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, que são recursos do
69 Ministério da Justiça. Logo após, o Conselheiro Márcio Almeida Dutra, Coordenador da Comissão de
70 Financiamento, disse que teve a preocupação de acompanhar este instrumento e entender a diferença
71 entre o orçamento proposto em 50 milhões e o que foi realmente aprovado pela Câmara Municipal de
72 Belo Horizonte 37 milhões. Acrescentou que dos 37 milhões, teve conhecimento que R\$1.605.500,00
73 foi transferido para a Secretaria Municipal de Política Social, por isso os valores não batiam, gerando
74 uma diferença, conforme solicitado esclarecimentos pela Conselheira Maria Aparecida Bayão. Márcio
75 informou a importância da Comissão de Financiamento, que na ordinariade de suas reuniões
76 quinzenais, trata do esclarecimento destas questões relativas ao orçamento junto a SMAAS. Ele
77 concluiu dizendo que o Conselho emite um parecer, mas a grande responsabilidade é da SMAAS e dos
78 seus técnicos de acompanhar todos os números e trazer para o Conselho. Acrescentou ainda, que a
79 Comissão de Financiamento procurou analisar este instrumento procurando discutir os valores
80 repassados. A Conselheira Kátia Rochael Rodrigues falou da necessidade de fazer da plenária um
81 momento de capacitação para facilitar o entendimento de diversos assuntos pautados no Conselho.
82 Indagou do ponto de vista político, se o plano de ação contempla as deliberações de Conferências. Ela
83 disse perceber um movimento dos serviços migrando da proteção especial para a básica, possibilitando
84 serviços de prevenção. Kátia Rodrigues solicitou da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

85 esclarecimentos quanto as creches e clínicas de atendimento a pessoa com deficiência serem
86 financiadas dentro do piso de transição. A representante da SMAAS. As creches e clínicas estão
87 vinculadas aos respectivos pesos de transição e não o contrário, uma vez que os pesos de transição
88 contêm outros segmentos além de creches e clínicas. Ronaldo Sena, acrescentou que por não haver
89 ainda uma definição do MDS quanto às Clínicas de habilitação e reabilitação, os pisos estão sendo
90 caracterizados como de transição, pois depende de regulamentações e portaria do MDS e CNAS. A
91 conselheira Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto disse sentir necessidade de entender a variação de
92 recursos entre o orçamento trazido para o Conselho e o que foi aprovado na Câmara. O Conselheiro
93 Luiz Fernando de Abreu Xavier falou da necessidade de transparência na apresentação de valores,
94 possibilitando de forma clara a verificação dos mesmos e exemplificou a forma como é utilizado na
95 apresentação da Comissão de Financiamento. O Conselheiro Mário Delavy questionou com relação ao
96 fato de uma proposta orçamentária ser aprovada no Conselho e de não receber na íntegra sua
97 aprovação pela Câmara Municipal. Disse ser importante o Conselho conferir o que foi aprovado pela
98 Câmara. O conselheiro Márcio Dutra, sugeriu que todo ano a plenária do Conselho iniciasse trazendo o
99 que foi aprovado pela Câmara, em relação ao orçamento e que a Comissão de Financiamento possa
100 pensar um processo de capacitação permanente para o Conselho. A conselheira Sandra Regina
101 Ferreira Barbosa fez destaque a sua participação na teleconferência enfatizando uma fala da Simone
102 Aparecida Albuquerque, que considera a discussão do Plano de Ação pelo Conselho como uma
103 oportunidade para discutir a Política de Assistência Social no município e conhecer a organização dos
104 serviços. A presidente Léa Braga destacou a necessidade deste Conselho acompanhar a aprovação da
105 proposta orçamentária na Câmara e informou que ano passado foi tirada uma Comissão que ficou
106 responsável pelo acompanhamento do PPAS. A Conselheira Darci Maria de Souza Vilaça acrescentou
107 ainda, a importância deste Conselho mobilizar e acompanhar a aprovação do orçamento na Câmara e
108 Assembléia, pois são nesses órgãos que ocorrem a aprovação. A Conselheira Maria do Carmo
109 Villamarim falou da necessidade de ser promovida ao Conselho uma capacitação específica sobre a
110 NOB, pois são temas muito complexos para o entendimento do Conselho. Ela ressaltou que enquanto
111 conselheira e técnica sente-se insegura para entender e aprovar. Logo após Léa Braga colocou em
112 votação o Plano de Ação/2006, que foi aprovado com 27 votos. O 2º ponto de pauta referiu-se a
113 discussão e avaliação do Plano Plurianual de Assistência Social – PPAS para o exercício de 2006 a
114 2009. A presidente Léa Braga fez um esclarecimento a plenária em relação a este instrumento. Léa
115 Braga informou que a responsabilidade de elaborar o PPAS e de enviá-lo a SEDESE é da SMAAS.
116 Falou da necessidade de capacitação em serviço e da importância da leitura do instrumento que é
117 bastante complexo. Logo após, passou a apresentação do PPAS para os representantes da SMAAS. O
118 representante da SMAAS, Mário César Rocha Moreira, Gerente de Regulação e Sônia de Lúcia de
119 Oliveira , Gerente de Gestão, iniciaram a apresentação de uma síntese dos dados contidos no Plano
120 Plurianual. Falou sobre os dados cadastrais contidos no plano, enfatizando ser um documento que
121 procura retratar informações sobre o município, diagnóstico da realidade local, síntese do sistema de
122 monitoramento/avaliação e sobre o financiamento da Política da Assistência Social. Mário informou que
123 na parte de cadastro do plano são informados os dados sobre o município, dados do prefeito,
124 informações sobre o órgão gestor, seu quadro de recursos humanos, sua habilitação na gestão plena,
125 informações sobre os recursos financeiros, bem como, as informações sobre o Fundo e o Conselho. No
126 que diz respeito ao Diagnóstico da realidade local, Mário César informou que o município possui

127 serviços de proteção social básica e especial. Informou que os serviços de proteção especial do SUAS
128 é desenvolvido e pautado pelas diretrizes estabelecidas na LOAS, ECA, fundamentado nos
129 compromissos da Política Nacional e NOB/2005. Informou ainda, que no Plano Plurianual a
130 organização dos programas e serviços se estruturam na lógica da proteção social hierarquizada como
131 funções da assistência social, em proteção básica e especial; além da vigilância social e a defesa dos
132 direitos sócio assistenciais. Ressaltou que os programas, projetos e serviços da SMAAS descritos neste
133 plano são desenvolvidos em parceria com as entidades sociais. Mário César informou que em relação
134 ao Sistema de Monitoramento e Avaliação está sendo organizado, como um instrumento que qualifica a
135 análise da oferta do SUAS, considerando os princípios e diretrizes da PNAS e NOB. Ressaltou que
136 para a efetivação do Sistema de Monitoramento e avaliação necessita de um sistema de informação
137 capaz de operacionalizar a gestão da informação para atuar como suporte para a gestão da política.
138 Logo após, Andréia Lúcia Costa Silveira da SMAAS explicou sobre os recursos financeiros previstos
139 para o financiamento das ações da Assistência Social para o exercício 2006 a 2009, utilizou um quadro
140 para cada exercício financeiro. Ela apresentou o montante de recursos a serem aplicados pelas três
141 esferas de governo nos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de média
142 complexidade, de alta complexidade, programas, projetos e benefícios eventuais. Os valores
143 apresentados no quadro explicativo para cada exercício totalizam: no exercício de 2006:
144 R\$34.305.925,00; Ano de 2007: R\$36.779.755,00; Ano 2008: R\$37.612.680,00 e no Ano de 2009:
145 38.740.354,00. Terminada a apresentação foram dados os esclarecimentos solicitados pela plenária.
146 Colocada em votação foi aprovado o Plano Plurianual de Assistência Social para o exercício de 2006 a
147 2009, com 17 votos a favor e 1 abstenção. O 3º ponto de pauta referiu-se a discussão e avaliação da
148 renovação de inscrição de entidade de educação. A conselheira Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto
149 fez a apresentação deste ponto. Edna apresentou a renovação da inscrição do Colégio Instituto
150 Sagrada Família da Província Santa Clara. O Colégio possui Renda Bruta de R\$5.407.232,05 e a
151 gratuidade a ser aplicada é de 1.081.446,41; a gratuidade aplicada em Belo Horizonte foi de
152 R\$791.511,28. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: 85 bolsas
153 de estudo integrais e parciais para alunos do ensino fundamental e médio, Custo Anual: R\$225.486,66;
154 O Colégio possui parceria com as seguintes entidades: - convênio com a Creche Comunidade Infantil
155 Príncipe da Paz, com Custo Anual de R\$54.000,00; e parceria com APAE/BH, com Custo Anual de
156 R\$36.000,00; outra justificativa é através da Educação de Jovens e Adultos – EJA (ensino fundamental
157 e médio) para 300 alunos, Custo Anual: R\$373.310,10; mantém o projeto pré-vestibular comunitário
158 para 32 alunos, com Custo Anual de R\$80.359,68, mais pagamento de funcionário para o cursinho,
159 Custo Anual: R\$3.354,84. O Colégio possui parceria com o poder público através da SMAAS no
160 Programa Agente Jovem para capacitação e formação de educadores, com Custo Anual de
161 R\$19.000,00. Edna falou que o parecer da Comissão de Normas é favorável e que o Colégio possui
162 também atuação em outros 3 municípios. Terminada a apresentação foi colocada em votação e
163 aprovada a renovação com 15 votos a favor. O último ponto de pauta – apreciar comunicado enviado
164 pela SMAAS ao CMAS/BH referente à transferência de per capita entre entidades conveniadas ficou
165 para a próxima plenária. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Regina Ferreira Barbosa, Secretária
166 Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 15 de
167 fevereiro de 2006.